



Melo  
Ana Maria

**Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**  
**Município de Tomar**

**ACTA Nº 7**

No dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a sr<sup>a</sup> Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, todos do PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros de Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – António Jorge Ferreira Lopes.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, José António Fernandes Ferreira.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões e Daniel José da Conceição Oliveira.

No início da sessão a Presidente da Mesa interpelou o público presente inquirindo se alguém pretendia intervir, tendo em seguida concedido a palavra para uma intervenção ao sr. Paulo Alexandre Melo que no uso da mesma abordou três questões: 1ª – dar conta de ter sido resolvido o problema levantado em sessão antecedente relativamente à Rua António Duarte Faustino; 2ª- reiterar a necessidade de se insistir com a câmara municipal para recolocação das grelhas metálicas nas traseiras da Rua Amorim Rosa, grelhas essas que afirmou encontrarem-se no local mas não aplicadas, referindo ter sido informado por email de 23 de Agosto que o assunto seria prontamente resolvido não o tendo sido até agora; 3ª- Dar conta de não estar a conseguir usar o Portal electrónico da freguesia.

Deu seguidamente a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS), que explicou ter vindo sistematicamente a insistir com a câmara a respeito das grelhas e que tal assunto foi também abordado recentemente na assembleia municipal, sendo que o problema do respectivo roubo ocorre também com grelhas colocadas noutros locais pelo que está em estudo na câmara a colocação de grelhas de cimento.

Sobre o balcão virtual deu a palavra ao Tesoureiro José Marques (PS) o qual confirmou que o portal tem estado desactivado prevendo-se a retoma do seu funcionamento para o início do próximo ano e apresentando desculpas pelo facto.

#### **Período Antes da Ordem do Dia:**

Foi apreciada a MOÇÃO – “Transmissão online das Sessões da Assembleia de Freguesia”, apresentada pela bancada do PSD, tendo havido as seguintes intervenções:

Alexandre Horta (PSD) – Explicou as motivações da Moção, concluindo sinteticamente que a mesma tem em vista incentivar o contacto com os cidadãos para que haja maior aproximação entre estes e os órgãos autárquicos.

António Lopes (Chega) – Disse pretender apresentar uma declaração de voto relativa à Moção, que de imediato leu por sugestão da Presidente da Mesa, tendo o seguinte conteúdo:

*O Deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar a favor na moção do Partido Social Democrata sobre a transmissão das sessões da Assembleia de Freguesia.*

*Tomamos esta decisão pois foi uma das propostas do Partido CHEGA para o Plano de Atividades desta freguesia. Além da transmissão Online das sessões propomos também a permissão de filmagens por parte dos Partidos Políticos nesta assembleia de freguesia.*

*Propomos ainda a adição desta moção, após aprovação, ao regimento da Assembleia de Freguesia.*

Rui Bugalhão (PS) – Declarou que a sua bancada não tem objecções à transmissão online das sessões mas considera que a aplicação desta medida depende da viabilidade das condições técnicas e financeiras a avaliar pelo executivo.

Submetida a votação foi esta moção aprovada com a seguinte votação: 6 votos a favor (5PSD+1Chega) 7 abstenções (6PS+1CDS).

O 1º Secretário António Martins interveio nesta altura para suscitar a questão da qualificação da aludida declaração de voto, apenas prevista no Regimento para o voto de vencido (artigo 14º, f) do Regimento significando nomeadamente a exclusão da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação, nos termos do n.º 3 do art. 58º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013), concluindo-se após breve troca de argumentos que o texto ficará transcrito na acta como declaração do seu autor sobre a moção do PSD e não como declaração de voto propriamente dita.

#### **Período da Ordem do dia:**

##### **1- Análise, discussão e votação da ata da última sessão.**

Alexandre Horta (PSD) – Questionou o motivo de as moções não serem transcritas em acta, tendo sido esclarecido pela Presidente da Mesa que as mesmas ficam arquivadas por apenso à respectiva acta.



Pronunciou-se também quanto à utilização ocasional de aspas em certos excertos de intervenções e não noutros, sugerindo que deixe futuramente de se fazer uso das aspas, o que foi de imediato aceite pela Mesa.

Joaquim Palricas (PSD) – Declarou que as sugestões e observações feitas pela sua bancada nesta matéria visam o aperfeiçoamento do texto das actas e que a referida bancada faz uma apreciação positiva do trabalho do actual secretariado da Mesa, reconhecendo que tem havido uma franca melhoria na redacção das actas relativamente a períodos anteriores.

Submetida a votação, a ata foi aprovada por 9 votos a favor, não tendo participado na votação os membros que não estiveram presentes na reunião anterior.

## **2- Análise, Discussão e Votação do Plano de Actividades, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos – 2023.**

Dada a palavra ao Presidente da Junta, este endossou a apresentação dos documentos para o vogal do CDS João Martins (Plano e Actividades) e para o Tesoureiro, José Marques (PS) quanto ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.

João Martins (CDS) abordou então os 7 pilares estratégicos que constam do Plano de Actividades - Ambiente, Acção Social/Habitação, Educação, Mobilidade/Transportes, Associativismo, Turismo/Cultura e Cidadania - destacando diversos dos pontos neles inseridos. Salientou a inclusão de diversas propostas da Oposição no documento, exemplificando. Seguiu-se o debate deste documento.

Alexandre Horta (PSD) referiu tratar-se de um plano exaustivo, registando a inclusão de 7 propostas do PSD mas disse ter pouca esperança de serem concretizadas. Lamentou a falta de inclusão de propostas sobre a educação, designadamente a de intercâmbio intergeracional designada por envelhecimento activo, motivadora entre outras razões da declaração de voto que irá ser apresentada pela sua bancada, sendo esse o caso também da ausência de iniciativas concretas relativamente à barragem do Carril.

Considerou haver pouca inovação neste Plano, havendo por outro lado situações em que a Junta de Freguesia extravasa as suas competências. Concluiu que muitas das propostas não irão ser concretizadas estando destinadas a transitar para os anos seguintes.

Em resposta João Martins (CDS) rebateu a exclusão de propostas na área da educação, dando o exemplo do envelhecimento activo que apesar de não estar acolhido *ipsis verbis* no documento tem acolhimento noutros pontos que constam do Plano.

O Presidente da Junta interveio também para dizer que tem havido diálogo com as IPSS e com a Cáritas, sendo que algumas destas entidades passam por dificuldades financeiras, havendo respostas que no limite só a Junta tem conseguido dar. Exemplificou com os transportes de pessoas que a câmara tem cortado sistematicamente e a Junta é que tem suprido, como é o caso do transporte de pessoas carenciadas a consultas fora do concelho.

Sobre a Barragem referiu ter-se chegado a desentendimento total na associação de regantes e perante isso a APA tomou a iniciativa de reorganizar o assunto, sendo chamadas a colaborar as Juntas das freguesias confinantes com a barragem e com a área de regadio.

Interveio novamente Alexandre Horta (PSD) afirmando relativamente às ajudas técnicas que as IPSS têm melhores condições para as adquirir do que a Junta. Quanto à Barragem regista a intervenção do Presidente e o facto positivo de a Junta estar a ser envolvida no processo.

Rui Bugalhão (PS) no uso da palavra disse que num ano de Festa dos Tabuleiros é óbvio que nem todos os objectivos mencionados no Plano serão conseguidos e registou como muito positivo o acolhimento pelo Executivo de diversas ideias de outros partidos.

Seguidamente Joaquim Palricas (PSD) afirmou que a maior parte das actividades está cá desde o ano passado, estranhando a inclusão do CDS, também proponente de algumas propostas, nas forças de oposição, não obstante fazer parte da coligação com o PS.

Rui Bugalhão (PS) esclareceu de imediato que se queria referir a contributos de todas as forças políticas sem distinção e sem qualquer propósito de excluir o CDS da coligação.

Passou-se então à discussão sobre o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.

O Tesoureiro José Marques (PS) apresentou o documento, salientando os números globais da receita e da despesa, quer a corrente quer de capital; Explicitou a decomposição das diversas rubricas que constam de folhas 14; Salientou que os investimento de capital correspondem essencialmente às obras e ao contrato de leasing. Deu ainda outras explicações e pormenorizações dos dados do documento.

Alexandre Horta (PSD) disse não haver ligação entre o Plano de Actividades e o Orçamento; Manifestou estranheza por ter baixado em 50% a verba destinada a acção social e por não haver nenhuma proposta de combate à baixa de natalidade; Afirmou que a verba de 80.000 euros referente a um contrato interadministrativo necessita de explicação; Inquiriu se a verba de serviços e fundos autónomos se destina a contratação de pessoal do IEFP para a Festa dos Tabuleiros.

Em resposta o Tesoureiro José Marques (PS) confirmou o destino da verba inscrita na rubrica de serviços e fundos autónomos, acrescentando que se previam 20 pessoas a recrutar no IEFP mas que tal número deverá ser inferior.

Confirmou que a verba de 80.000 euros se refere a um contrato interadministrativo para transferência de competências de limpeza na área urbana, e que a verba de 140.400 euros se refere ao contrato administrativo respeitante ao arranjo da rua Caminho Água das Maias.

Esclareceu ainda que o valor da receita de IMI inscrita é semelhante à do ano anterior, mas soube-se entretanto que o valor a cobrar deverá vir a diminuir por deliberação municipal.

Informou ainda que a Comissão Central da Festa dos Tabuleiros atribui habitualmente 10.000 euros para as despesas com a confecção dos tabuleiros, sendo tal verba ajustada conforme o número de participantes.

Alexandre Horta (PSD) questionou se as verbas para combustíveis e energia não serão insuficientes, invocando o facto de no ano anterior ter havido uma alteração orçamental com fundamento na escalada de preços.



Em resposta o Tesoureiro José Marques (PS) disse que os preços são actualmente muito voláteis, dando o exemplo de produtos que de um dia para outro aumentaram 20%, como é o caso do tout-venant, mas também recordando a possibilidade de recurso a transferências entre rubricas.

Alexandre Horta (PSD) questionou o motivo para a verba destinada a Estudos e Projectos ter quadruplicado, respondendo o Tesoureiro que se trata de pagar projectos já em execução como é o caso da transformação em balneário das casas de banho da Rua da Fábrica de Fiação.

Quanto à redução da verba destinada a acção social explicou que esta passou de 5.000 para 2.500 mas que aquela valência está contemplada noutras rubricas, por exemplo a de Produtos a Confeccionar, que anteriormente não estava discriminada em separado.

Submetido por fim a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CDS) e 6 votos contra (5PSD+1Chega), tendo sido apresentadas as seguintes declarações de voto, que foram lidas respectivamente por Cristina Alves (PSD) e António Lopes (Chega):

***PSD: Declaração de voto – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2023***

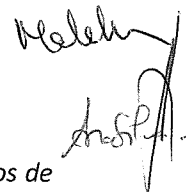
*É com alguma apreensão que verificamos que todas as deficiências apontadas no ano passado se voltam a verificar.*

*O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos são elemento fundamental para a gestão da Junta de Freguesia. É lamentável que o documento apresentado se revele nada inovador e que não consiga consubstanciar aquilo que é explanado no Plano de Atividades.*

*Neste documento, o Grupo do PSD constata, com agrado, que algumas das propostas, por si, apresentadas integram o documento colocado à votação, tais como:*

- *Reivindicar a delegação de competências da área da limpeza do espaço público na área urbana de Tomar;*
- *Promover a regularidade de visitas por equipas multidisciplinares aos bairros sociais para acompanhamento e aconselhamento da atividade doméstica e de conservação das habitações;*
- *Em conjunto com as autoridades competentes, monitorizar e acompanhar pessoas em situação de isolamento, não só no espaço urbano da freguesia, mas também na zona rural;*
- *Criação / melhoria de sistema de saneamento básico e condições de segurança no Bairro do Colégio.*
- *Revisão e utilização do regulamento de atribuição de subsídios às associações;*
- *Promover a cooperação das associações em atividades da freguesia.*
- *Criação/correção de sinalética dirigida aos monumentos da freguesia.*

*No entanto não temos ilusões que isto é apenas uma forma cosmética de se dizer que se ouviu a oposição pois nada, como no passado, irá ser implementado, tal como não podemos deixar de manifestar o nosso*



*firme entendimento de que, não será pela inclusão de algumas das nossas propostas, que deixaremos de exercer uma análise crítica, que se espera de qualquer oposição responsável.*

*Assim, reiteramos que mantemos a convicção de que ficamos pelo caminho todo um alargado conjunto de importantes sugestões e ideias, que, com ligeireza, foram, por este executivo, ignoradas.*

*Na Educação, por exemplo, nenhuma das nossas propostas foi aproveitada, a saber:*

- *Orçamento participativo jovem;*
- *Incentivar / dinamizar o acolhimento de estudantes em casa de famílias disponíveis para o efeito, de modo a combater a solidão e aumentar a oferta de camas para deslocados;*
- *Apoio ao envelhecimento ativo, promovendo a recuperação das tradições e a interação entre gerações, nomeadamente no âmbito da Festa dos Tabuleiros.*

*Em outras áreas, que consideramos de grande relevância, também ficaram descartadas importantes propostas:*

- *Barragem do Carril – Questionar a segurança da estrutura junto das entidades responsáveis e aproveitamento da albufeira, quer para a agricultura quer para atividades lúdicas;*
- *Conclusão do projeto de reabilitação da zona de Casal dos Frades;*
- *Alargamento da rede wi-fi gratuita;*
- *Implementação de medidas de apoio ao turista (smart tourism);*
- *Dinamização de workshops de tabuleiros para a Grande Festa;*
- *Descentralizar algumas mesas de voto pela área rural da freguesia;*
- *Transmissão das assembleias de freguesia via internet;*
- *Criação de gabinete de apoio ao cidadão (jurídico, fiscal, etc);*
- *Apoio ao empreendedor (espaços coworking);*
- *Apoio à competitividade do comércio local (cartão do cliente, estacionamento gratuito, etc).*

*Tal como no ano transato, o Executivo optou por incluir no Plano um vasto conjunto de itens, quase uma centena, alguns efetivamente, de reconhecida importância, mas muitos outros muito duvidosa possibilidade de implementação, que se resumem a conceitos vagos e genéricos, que carecem, em nossa opinião de objetividade e contextualização, deixando, assim e apenas, transparecer a ideia de “querer mostrar serviço”.*

*Como já afirmámos, não podemos deixar de manifestar a nosso desagrado com a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Plano Plurianual de Investimento (PPI).*

*Notamos ainda que no mapa do PPI o executivo não identifica, de forma objetiva e concreta, a aplicação das diversas verbas, como é sua obrigação.*

*Nelelu*  
*Anastasia*

*Por todo o expandido, considerando-se que o executivo poderia adotar uma postura mais inovadora, o Grupo do Partido Social Democrata irá votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2023.*

*Grupo do Partido Social Democrata*

*O Partido CHEGA tem uma visão claramente diferente da estratégia para a freguesia urbana de Tomar em relação ao que é proposto por este executivo, na nossa opinião a freguesia “caminha para a estagnação e retrocesso”, o proposto pelo executivo, não deixa “uma esperança para os anos vindouros”.*

*Não conseguimos perceber como não foram consideradas as nossas propostas a este plano de atividades, visto que eram propostas que beneficiavam a freguesia e os fregueses.*

***Declaração de voto do partido CHEGA:***

*O Deputado eleito pelo Partido CHEGA considera que as medidas previstas para 2023 “não contêm os meios imprescindíveis” para travar a perda e o envelhecimento da população da freguesia, nem para criar atrativos e investimentos na freguesia.*

*Votar a favor deste orçamento seria uma traição aos fregueses em especial aos que fizeram do Partido CHEGA a terceira maior força política em Tomar.*

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra, sobre o Plano de atividades, Orçamento Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2023.*

**3- Análise, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal - 2023 .**

Dada a palavra ao Presidente da Junta para breve explicitação do documento este endossou o assunto ao Tesoureiro José Marques (PS) que informou estar a decorrer concurso para 1 lugar de assistente operacional para serviço interno e outro para 1 lugar de assistente operacional para serviços externos, os quais deverão ficar concluídos no mês de Março, e que não foi ainda aberto concurso para assistente técnico, apesar de estar previsto 1 lugar.

Joaquim Palricas (PSD) afirmou que este mapa de pessoal é igual ao que aprovámos em Abril, inquirindo o motivo para vir novamente à assembleia. Questionou ainda que técnicas tem a Junta na área social e se alguma se despediu, perguntando também se pensam contratar alguém e com que especialidade.

Em resposta o Presidente da Junta disse que uma das técnicas veio do PEPAL e irá continuar, havendo outra técnica que se despediu agora, estando ainda ao serviço por mais alguns dias. Estes contratos são de prestação de serviços e sendo assim a pessoa vai-se embora quando quer. Acrescentou que em Março foi feito um concurso para um lugar de técnico da área sócio-cultural e que a lista de concorrente serviu para depois convidar as pessoas que se candidataram. Esclareceu novamente que se trata de contratações a termo.

Nabela  
Anabela

De novo no uso da palavra Joaquim Palricas (PSD) questionou se a Junta necessita dessas técnicas a tempo inteiro e se tem capacidade para as contratar para o seu quadro de pessoal, obtendo de imediato resposta positiva do Presidente da Junta no que respeita estarem ocupadas a tempo inteiro.

Prosseguindo, Joaquim Palricas (PSD) perguntou se a freguesia está dentro da legalidade ao agir assim.

O Vogal João Martins (CDS) pediu a palavra para afirmar que a contratação a título de prestação de serviços é legal.

Joaquim Palricas (PSD) questionou então se isso será ético.

Cristina Alves (PSD) interveio considerando que a questão levantada pelo colega de bancada tem a ver com a segurança no trabalho, mas manifestando compreensão pela prática seguida quer pela Junta quer por entidades congéneres.

Rui Bugalhão (PS) perguntou então o que é que a ética tem a ver com tudo isto e o que pretendia o orador antecedente Joaquim Palricas significar com esse termo.

Alexandre Horta (PSD) interveio em seguida defendendo que sendo a acção social uma valência tão importante na acção do executivo mais se justifica procurar soluções que dêem estabilidade ao serviço tendo em vista a própria qualidade do serviço.

Por fim, a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) interveio procurando fazer uma síntese do debate, afirmando que face à incerteza dos tempos actuais compreende-se a prudência nas decisões de contratar que implicam acréscimo de encargos permanentes, prudência essa que fora explicitamente reconhecida na intervenção de Cristina Alves e acrescentando que é esse o procedimento dominante na sociedade actual.

Antes da votação interveio ainda o Tesoureiro José Marques (PS) afirmando que é obrigatória a apreciação anual do mapa de pessoal por parte da assembleia na 4ª sessão e que a criação de 1 lugar de assistente social no quadro é assunto a equacionar no futuro.

Submetido a votação foi este documento aprovado por maioria com 12 votos a favor (6PS+5PSD+1CDS) e 1 abstenção (Chega).

#### **4. Apreciação e Discussão da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia**

Joaquim Palricas (PSD) interveio afirmando que o documento em análise está viciado dos mesmos problemas já apontados a outros anteriores; nele não sendo especificado o que foi tratado pelo Presidente nas reuniões em que participou.

Quanto à execução orçamental disse prever-se que fique longe dos valores previstos sobretudo na despesa.

Considerando terem sido entregues 95 cabazes de emergência e 110 cabazes solidários e dada a articulação da Junta com outras entidades em matéria social questionou a necessidade de ser a própria Junta a organizar os cabazes.



Relativamente ao magusto questionou se estava previsto no Plano ou se foi solicitado em parceria pela Tuna Templária e ainda se houve algum custo associado a tal evento.

O Presidente da Junta, Augusto Barros, respondeu que a organização dos cabazes foi muitas vezes solicitada à Junta por outras entidades sem condições para o fazer. Informou que o magusto estava previsto e que o convite foi feito à Tuna Templária porque tem trabalhado connosco. Disse ainda que correu tudo bem e que foi idêntico ao que se tem feito ao longo dos anos. Esclareceu ainda que a Tuna também se candidatou ao subsídio das associações, mas isso nada teve a ver com este evento, endossando a palavra ao vogal João Martins (CDS) para esclarecer melhor aquela candidatura.

João Martins (CDS) referiu então que para a candidatura no âmbito ao apoio ao associativismo a Tuna teve que apresentar um plano de actividades, mas que a sua participação no magusto não teve nada a ver com esse plano.

##### **5. Outros assuntos de interesse para a freguesia.**

Alexandre Horta (PSD) levantou a questão da reparação de sanitários na Rua da Fábrica de Fiação como uma necessidade urgente referindo que, para além de ter constatado pessoalmente o seu péssimo estado, a situação vem sendo inclusivamente abordada na imprensa há vários anos.

O Presidente da Junta Augusto Barros informou que a demora na reparação se deveu em grande parte ao facto de se ter estado a aguardar a elaboração de um projecto na câmara pelo Eng<sup>o</sup> Almeida, projecto esse que nunca veio. Endossou em seguida a palavra ao tesoureiro José Marques (PS), o qual esclareceu que as obras nas ditas instalações vão ser executadas já em seguida, logo que o pessoal termine as obras em curso no Bairro 1<sup>o</sup> de Maio.

Alexandre Horta (PSD) interveio de novo chamando a atenção para a necessidade de colocação de um espelho no entroncamento da Rua da Fábrica junto ao restaurante DesafiArt, tanto mais que na informação escrita vem referida a colocação de espelhos em diversos outros locais da freguesia.

O Presidente da Junta, Augusto Barros, confirmou de imediato tal necessidade e informou que já efectuou várias diligências nesse sentido. Porém, tratando-se de sinalização no interior da cidade, a competência para tal decisão é da câmara estando mais concretamente a cargo da Eng<sup>a</sup> Margarida. Ora, perante as várias insistências que tem feito a resposta que obteve foi sempre a de que não é necessário um espelho naquele local, que não se justifica. E que competindo o assunto aos serviços da câmara nesta matéria, tem prevalecido a decisão da Eng<sup>a</sup> Margarida, tendo aliás dado outros exemplos de situações congêneres.

Perante esta informação a Presidente da Mesa propôs o envio da acta desta reunião para a Câmara Municipal a fim de ser revisto o assunto, no que obteve o acolhimento unânime da assembleia, ninguém tendo discordado.

Alexandre Horta (PSD) relativamente à parceria da Junta com a Missão Continente questionou ainda o executivo para saber do que se tratava.

Augusto Barros esclareceu que a Junta foi desafiada a aceitar participar na Missão Continente que basicamente consiste na atribuição de 1% do valor das compras efectuadas em determinadas datas e em

4 das superfícies comerciais daquela marca, destinando-se 0,5% desse valor à Junta de Freguesia e 0,5% ao Banco Alimentar. O valor apurado na campanha é depois levantado pela Junta em géneros alimentícios.

Acrescentou que não se sabe ainda o resultado da actual campanha e que os géneros conseguidos serão depois distribuídos. Mais informou que a ex-Junta de S. João Batista já é parceira do Modelo neste tipo de iniciativas desde o tempo do Presidente José Júlio da Silva e que há outras áreas de parceria para além da acima exposta, sendo vulgar por exemplo a Junta receber indicação para levantar determinada quantidade de comida confeccionada sobranete até uma certa hora, tendo a Junta o cuidado de o fazer e de encaminhar esses donativos para pessoas carenciadas e entidades de cariz social como o CIRE, o que tem de ser feito sem demora por não existir capacidade de armazenamento. Tal acontece normalmente duas vezes por semana.

Teresa Ramos (CDS) pronunciou-se dizendo que a Cáritas também podia ter sido contactada e que discorda que a Junta vá buscar e distribuir alimentos.

Augusto Barros esclareceu ainda que todos os anos a Tuna pede para lhe ser indicada pela Junta uma família das mais necessitadas para ser contemplada com a atribuição de um donativo por parte daquela, mas que a intervenção da Junta se limita a identificar e indicar essa família, recolhendo as melhores informações possíveis por haver infelizmente muitas situações de famílias afectadas pela pobreza envergonhada.

A Presidente da Mesa interveio dizendo ser pertinente que nas situações acima referidas a Junta se lembre de várias entidades como beneficiárias da distribuição dos bens angariados.

Rui Bugalhão (PS) no uso da palavra recordou que como o João Martins já há pouco salientou irá haver mais articulação com outras entidades.

Congratulou a Junta por todo o trabalho realizado neste ano, que considerou muito positivo apesar de todas as dificuldades, rematando metaforicamente que que nestas coisas como no futebol o importante não é tanto a posse de bola mas sim que a bola entre na baliza.

Seguiram-se palavras finais por parte de Alexandre Horta (PSD) de votos de novo ano profícuo para o executivo e de trabalho proactivo da oposição com vista à resolução dos problemas, após o que a Presidente da Mesa concluiu no mesmo sentido dizendo que é nas parcerias que encontramos problemas mas é também aí que eles podem ser resolvidos com o contributo de todos.

Nada mais havendo a tratar deu-se a reunião por encerrada cerca das vinte e três horas e trinta, da qual para constar foi lavrada a presente acta que vai ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

